

O panorama da educação ambiental na formação de professores na Universidade Federal do Pará

The environmental education overview in teacher training at the Federal University of Pará

Marcilene Calandrine de Avelar
Secretaria de Educação de Ananindeua - SEMEC
Ananindeua-Pará-Brasil
Maria Ludetana Araújo
Maria do Socorro Vasconcelos Pereira
Universidade Federal do Pará - UFPA
Belém-Pará-Brasil

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as políticas internas de inserção da educação ambiental (EA) na formação de professores da Universidade Federal do Pará - UFPA. Trata-se de uma pesquisa documental com abordagem qualitativa. Para obtenção dos dados fez-se a análise nos Projetos Políticos Pedagógicos do Curso de Pedagogia Regular Intensivo dos Cursos do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) de sete campi da Instituição. Fez-se a análise quanto à presença da educação ambiental na forma de disciplinas específicas; como tema transversal e como projeto de extensão nos currículos do curso. Os resultados mostraram que a UFPA apresenta um papel relevante quanto à presença de abordagens da temática ambiental nos currículos, contudo, ainda há a necessidade de ampliação da temática de forma articulada e permanente nos currículos e nas práticas dentro e fora dos campi universitários.

Palavras-chave: UFPA; Educação Ambiental; Curso de Pedagogia

Abstract

The present article aims to analyze the internal policies of insertion of environmental education (EE) in the training of teachers at the Federal University of Pará (UFPA). This article is a documentary research with a qualitative approach. To obtain the data, were analyzed the Pedagogical Political Projects of the Regular and Intensive Pedagogy Course of the Courses of the National Plan for Training Teachers of the Basic Education (Parfor) of seven campuses of the Institution. The analysis was made regarding the presence of environmental education in the form of specific subjects; as a transversal theme and as an extension project in the course curricula. The results showed that UFPA has a relevant role regarding the presence of approaches to the environmental thematic in the curricula, however, there is still a need to expand its presence in an articulated and permanent way in the curricula and practices inside and outside the university campuses.

Key-words: UFPA; Environmental Education; Pedagogy Course

Introdução

A Educação Ambiental (EA) constitui-se como uma forma de inserção da dimensão ambiental na educação (formal e não formal¹) e deve ser promovida a partir da união de esforços das esferas públicas e privada, no âmbito individual e coletivo para a internalização de reflexões sobre as questões socioambientais. Enquanto processo formativo, a educação ambiental apresenta um potencial sensibilizador, emancipador e transformador do indivíduo, dos grupos sociais e das formas de concepções e paradigmas tradicionais que ainda hoje, regem a sociedade (LOUREIRO, 2003).

A EA precisa se produzir diante de um discurso sistêmico, que conglomere a diversidade de aspectos nos quais se alicerça a problemática ambiental na sociedade atual. Tal abordagem carece do reconhecimento da pluralidade existente nas inter-relações e na integração das diferentes dimensões. Para tanto, faz-se necessário que a temática ambiental seja forjada dentro da perspectiva da complexidade, o que implica a percepção da construção de mundo em uma vertente multifacetada (ProNEA, 2005).

Diante do exposto, evidencia-se a essencial importância da abordagem sistêmica, contextualizada e interdisciplinar da educação ambiental se fazer presentes em mais diversos setores da sociedade na perspectiva da conservação e preservação dos recursos naturais e da formação para a cidadania, primando a melhoria das inter-relações humanas e consequentemente da qualidade de vida.

A EA alicerçada em fundamentos, princípios e diretrizes que se estabeleceram no decorrer da sua trajetória histórica, nos encontros, conferências, e políticas públicas, configura-se como uma dimensão da educação que questiona os atuais modelos econômicos, de consumo, de produção de cultura, bem como as relações sociais que não contribuem com promoção da ética ambiental.

O processo formativo da educação ambiental não discrimina lugar, nível de educação ou faixa etária, precisando ser disseminada para toda a sociedade, em especial nas escolas desde o primeiro contato da criança com a instituição de ensino até as universidades e Centros de formação em nível superior. As universidades, em particular, possuem um papel preponderante na produção do saber ambiental e na formação de um pensamento ético que possa sugerir o repensar de atitudes individuais e coletivas.

Para Leff (2015) a ambientalização da educação ambiental na universidade vai além da integração de disciplinas de maneira dispersas nos currículos, mas abre espaço para diálogos, pesquisas, desenvolvimento de programas e transgressão dos paradigmas e barreiras burocráticas a reprodução no sistema de ensino. De forma que, haja o investimento de estímulos a ações de pesquisa em parceria com as comunidades, possibilitando assim, diagnosticar a raiz dos problemas e desenvolvendo medidas de aplicação do saber ambiental produzido nesse campo. Com base nisso este artigo tem por objetivo analisar as políticas internas de educação ambiental no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará.

Metodologicamente faremos uso de pesquisa documental com análise nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) na formação de pedagogos de sete *campi* da UFPA com oferta via Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parforⁱⁱ) que é intensivo nos meses de janeiro e julho.

O processo de coleta de dados se deu por meio de uma pesquisa documental que Prodanov e Freitas (2013, p. 56) consideram “por documento qualquer registro que possa ser usado como fonte de informação, por meio de investigação”, com base nisso, fez-se a análise em quatorze PPC’s da Licenciatura em Pedagogia dos *Campi* da Universidade Federal do Pará (UFPA) dos seguintes municípios: Abaetetuba, Altamira, Belém, Bragança, Breves, Cametá e Castanhal, sendo sete PPC’s do curso regular e sete PPC’s do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR.

A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, pois tem o intuito de proporcionar uma melhor compreensão do panorama da educação ambiental na formação docente de graduandos do curso de pedagogia da UFPA. Para isso, foram elaboradas três categorias de análise: A presença da educação ambiental em disciplinas específicas; A EA como tema transversal e a EA como projeto de extensão. Após a análise as categorias foram organizadas em quadros e discutidas a luz das definições e conceitos de educação ambiental presentes em documentos legais e nas teorias que referenciaram este artigo.

Trajetória e perspectivas da educação ambiental na formação de professores

As últimas décadas foram marcadas por eventos nacionais e internacionais voltados à temática ambiental. Nunca antes se discutiu tanto sobre a sociedade do consumo e capacidade de suporte do planeta. Contudo, da mesma forma que vem aumentando a

*O panorama da educação ambiental na formação de professores na Universidade
Federal do Pará*

discussão sobre o tema, observa-se uma evolução na degradação da natureza, o que põe em risco a manutenção da vida. Tal constatação expressa um panorama geral da necessidade de fortalecer ações educativas que suscitem o desenvolvimento de sociedades sustentáveis (ProNEA, 2005).

O debate sobre a situação ambiental no mundo emerge por volta da década de 1970 quando a preocupação com os impactos ambientais oriundos do desenvolvimento industrial, do crescimento demográfico e inchaço populacional nos centros urbanos, do consumismo que gera pressão sobre os recursos naturais finitos e infinitos, afloram na área científica. Tais preocupações deram início aos encontros internacionais como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Humano (Conferência de Estocolmo – 1975), a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (CONFERÊNCIA DE TBILISI – 1977), dentre outros, que traçaram direcionamentos para a construção de sociedades sustentáveis por meio da formação individual e coletivada população.

A partir da década de 70 os eventos internacionais e as políticas públicas brasileiras no ambiente da EA vem conceituando e formulando diretrizes para a sua inserção e aplicação na educação formal e não-formal. Observa-se que apesar da diversidade de conceitos formulados, todos convergem para a formação e emancipação da população. Para Loureiro (2003) é inegável a presença da dimensão cidadã, da ética e da incumbência de formação de novos valores e de comportamentos em conformidade com a realidade ecológica a nível global, em todos os debates internacionais.

A Conferência de Tbilisi (1977), que é considerada a gênese dos debates sobre o enfoque planetário e interdisciplinar da educação ambiental a conceitua como:

Um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida.

O Capítulo 36 da Agenda 21 define a Educação Ambiental como o processo que visa:

[...] desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos [...]” (CAPÍTULO 36 DA AGENDA 21).

A Política Nacional de Educação Ambiental – Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 conceitua a educação ambiental como,

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental- DCNEA Art. 2 compreende como sendo

Uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (BRASIL, 2012).

Os autores, Castro (2009), Layrargues (2002), Loureiro (2003), Leff (2015) trazem em suas discussões e definições sobre educação ambiental e sua real importância para a construção de um saber ambiental formativo de valores éticos, seja em ambiente formal ou não. As questões socioambientais devem ser debatidas e problematizadas, a fim de buscar desenvolver nos educandos uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Destacam ainda para a importância de buscar estratégias pedagógicas para os enfrentamentos de tais conflitos que devem estimular a participação e o exercício da cidadania, que atendam às necessidades de formulação de políticas públicas participativas.

As definições de educação ambiental seguem na direção da necessidade de um sistema educativo com uma abordagem amplamente voltada para a formação cidadã que precisa compor todos os setores da sociedade. Essas características de formação são facilmente identificadas na Política Nacional de EA - PNEA, Lei 9.795/99, que assegura a EA no Brasil como “um componente essencial e permanente da educação nacional”. Essa Lei ainda propõe (Art. 8º, § 2º, inciso II), que “a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino”. No âmbito da institucionalização, o Art. 9º se refere à EA como aquela “desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de educação básica e educação superior” (BRASIL, 1999).

Segundo Morales (2012, p.93):

A universidade, como instituição de investigação e centro de educação técnica e superior, tem papel essencial na reconfiguração de mundo e, portanto, deve

O panorama da educação ambiental na formação de professores na Universidade Federal do Pará

assumir a responsabilidade maior no processo de produção e incorporação da dimensão ambiental nos sistemas de educação e formação profissional. Deve também propiciar aos profissionais educadores ambientais, fundamentos teórico-práticos indispensáveis para compreender, analisar, refletir e reorientar seu fazer profissional numa perspectiva ambiental.

Tomando como base tal premissa, discorre-se sobre a necessidade de aplicação da EA como um processo de formação ativo, permanente e participativo, que congregue esforços em direção à formação para a vida e para a transformação social, no qual cada sujeito atua como agente de multiplicação, primando pela participação e pela busca de alternativas que culminem em redução dos impactos socioambientais.

Assim, a educação ambiental se traduz como um processo de formação para a sensibilização, reflexão e conscientização da população para atuar na preservação, conservação e enfrentamento dos problemas socioambientais. Com ela, torna-se possível o desenvolvimento de técnicas e métodos que facilitem a tomada de consciência sobre a gravidade dos problemas ambientais e a urgente mudança de postura e atitude de toda a sociedade. Loureiro (2003, p.44) chama atenção para a educação ambiental que precisa ser transformadora e enfatiza que é transformadora quando “busca compreender e teorizar na atividade humana, ampliar a consciência e revolucionar a totalidade que constituímos e pela qual somos constituídos”.

O Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, tece importantes estratégias de combate a problemática ambiental, dentre elas: “Formação continuada de educadores, educadoras, gestores e gestoras ambientais, no âmbito formal e não-formal” e ainda indica o “Apoio à criação de redes de formação de educadores e educadoras, com a participação de Universidades” [...]. Expressa também a necessidade de “disponibilização de cursos de especialização, mestrado e doutorado em educação ambiental”, e evidencia a “inclusão de disciplinas sobre meio ambiente na formação universitária, tornando esse tema transversal ao ensino, à pesquisa e à extensão” e ainda a “inclusão de disciplinas que enfoquem o aspecto metodológico da EA no currículo dos cursos de licenciatura” (ProNEA, 2005, p.47-50).

Loureiro (2003) destaca que mesmo com as recomendações das instituições de ensino superior ainda não consolidaram a incorporação da Educação Ambiental nos currículos e no contexto acadêmico, a mesma encontra-se isolada em práticas como projetos e para determinadas áreas de conhecimento. As Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras

ainda são carentes de uma ação institucional clara e definida para a área, mesmo com todas as orientações do MEC e de outras instâncias governamentais que apresentam interesse nessa temática.

O que existe tirando raras exceções, são núcleos disciplinares ou multidisciplinares que, muito mais por iniciativa de um ou de alguns poucos docentes e pesquisadores, promovem a produção acadêmica, cursos de extensão, de especialização e linhas de pesquisa em programas de pós-graduação *stricto sensu*, contudo, neste contexto de proposições oriundas de grupos específicos de profissionais do nível superior, sem uma ação abrangente, aberta à participação social e institucional (LOUREIRO, 2003, p.49).

Durante o processo histórico de institucionalização da educação ambiental, segundo Morales (2012), esta, inicia-se em ambientes não acadêmicos que a distanciou da universidade tornando-a periférica. No entanto, a realização de conferências e demais esforços a colocaram na em um patamar de obrigatoriedade no sistema educativo e sua integração a tornou um dos principais requisitos na formação de recursos humanos.

Não se pode negar que a incorporação da educação ambiental no sistema educativo vem se efetivando gradativamente, mas também não se pode deixar de questionar sobre qual ou quais tendências e abordagens as suas práticas se alicerçam. Para Morales (2012) o ensino universitário precisa buscar o aprimoramento e a incorporação da dimensão ambiental, lançando-se aos desafios que a complexidade ambiental apresenta. Ainda segundo a autora, há a necessidade de superação dos velhos paradigmas e da fomentação de um arranjo multi e interdisciplinar no espaço acadêmico.

A superação de paradigmas emerge da necessidade de se compreender o teor da crise ambiental e a complexidade de seus processos e resultou no questionamento do conhecimento fragmentado ofertado no sistema de ensino. As ciências como promotoras de conhecimentos e as universidades no que tange a formação de recursos humanos devem ir além de uma integração de currículos, junção de disciplinas ou da geração de um ambiente homogêneo, pois o saber ambiental transcende a reorganização sistêmica dos saberes (LEFF, 2015).

Para Sorrentino et al (2005, p. 287) “a urgente transformação social de que trata a educação ambiental visa à superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade”. Nesta linha de raciocínio, a presença da educação ambiental na universidade não serve apenas para

situar o graduando quanto à problemática ambiental, mas para gerar reflexões sobre ela, e sobre a sua própria existência enquanto indivíduo e enquanto sociedade.

A educação ambiental primando pelos princípios da cidadania tem o potencial de engendrar a possibilidade de ação política em direção da formação da sociedade e para a percepção da responsabilidade com o mundo onde vive (SORRENTINO et al, 2005). “Logo, uma *Educação Ambiental Transformadora* não é aquela que visa interpretar, informar e conhecer a realidade, mas busca compreender e teorizar na atividade humana” (LOUREIRO, 2003, p. 44, *grifos do autor*). Diante desse discurso, se reafirma a necessidade de a universidade produzir-se em saberes ambientais que assoviem transformações paradigmáticas, epistemológicas e políticas para a ambientalização da educação ambiental na formação de profissionais, considerando a emergência da crise ambiental que se intensifica a cada dia.

Resultados

Do total de 14 PPC's analisados, encontramos 11 deles apresentando disciplinas que tratam especificamente da educação ambiental no currículo, são eles: Abaetetuba Extensivo, Abaetetuba Parfor, Altamira Parfor, Belém Regular, Belém Parfor, Bragança Regular, Bragança Parfor, Cametá Regular, Cametá Parfor, Castanhal Regular e Castanhal Parfor. E apenas 3 PPC's que não possuem disciplinas específicas que abordem a educação ambiental como componente curricular são eles: Altamira Regular, Breves Regular e Breves Parfor, como demonstra o Quadro 1.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a inserção da educação ambiental nos currículos pode advir pela transversalidade, pela inserção do tema nos componentes já existentes no currículo, pela combinação dessas duas formas, ou ainda, por outras formas de inserção que atendam às necessidades dos cursos de Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio sendo que “nos cursos, programas e projetos de graduação, pós-graduação e de extensão, e nas áreas e atividades voltadas para o *aspecto metodológico* da Educação Ambiental, é facultada a criação de componente curricular específico” (BRASIL, 2012).

A preocupação com a educação ambiental na formação dos educadores para o enfrentamento das questões ambientais se acentua desde a Conferência de Tbilisi. Na

suarecomendação n.º 13 esclarece que: “[...] as universidades, na sua qualidade de centro de pesquisa, de ensino e de pessoal qualificado no país - devem dar, cada vez mais, ênfase à pesquisa sobre educação ambiental e a formação de especialistas em educação formal e não-formal [...]”

Quanto à intencionalidade de dar ênfase ao tema, percebemos que ao inserir na maioria de seus currículos de formação de professores, disciplinas específicas que tratam a temática ambiental, a Universidade Federal do Pará demonstra certa mudança de paradigmas e preocupação com qualidade da formação disponibilizada aos seus graduandos. Apesar de que a experiência ainda não representa um panorama de articulação e permanência do tema durante toda a formação docente.

Na pesquisa, constatou-se também que dos 11 PPC's que apresentam disciplinas específicas abordando a temática ambiental, 6 as implementaram de forma obrigatória, a saber: Abaetetuba Regular, Abaetetuba Parfor, Bragança Regular, Bragança Parfor, Cametá Regular, Cametá Parfor. E 5 PPC's as implementaram de forma optativa: Altamira Parfor, Belém Regular / Belém Parfor, e Castanhal Regular / Castanhal Parfor como apresenta o Quadro 1.

A criação de disciplinas optativas como única forma de abordagem da educação ambiental na formação universitária se apresenta como um processo de incertezas para a disseminação de uma saber ambiental na formação docente e nas práticas pedagógicas posteriores. A universidade apresenta um papel primordial na incorporação, construção e disseminação do saber ambiental não podendo correr o risco de formar profissionais alienados às questões socioambientais.

Percebe-se um viés de adequações aos novos pensamentos na estrutura do ensino superior, tendo ainda o desafio com a ressignificação e com a assimilação da complexidade do saber ambiental. Para Leff (2015) a internalização do saber ambiental ultrapassa a reorganização curricular, e carece de profundas mudanças nas bases paradigmáticas do conhecimento e ideológicas. Vale destacar que a transformação social emerge da educação emancipadora, que segundo Loureiro (2003) é aquela que dá possibilidades de mudança de forma individual e coletiva.

Quadro 1 – Presença da educação ambiental em disciplinas específicas

Campi UFPA	Disciplina	Carga	Semestre	Ementa
------------	------------	-------	----------	--------

O panorama da educação ambiental na formação de professores na Universidade Federal do Pará

		horária		
Abaetetuba/ Parfor	Educação Ambiental e Transversalidade	60	Obrigatória – 6º semestre	Educação ambiental, transversalidade e PCNs. Princípio da educação ambiental no tratado de Tbilisi. A Agenda XXI e a Carta da Terra: uma abordagem crítica. Educação ambiental e sua contextualização (urbana e rural). Os novos paradigmas educativos e a dimensão ambiental. A práxis em educação ambiental e a dialogicidade.
Abaetetuba/ regular	Educação Ambiental e Transversalidade	60	Obrigatória- 6º período	Educação ambiental, transversalidade e PCNs. Princípio da educação ambiental no tratado de Tbilisi. A Agenda XXI e a Carta da Terra: uma abordagem crítica. Educação ambiental e sua contextualização (urbana e rural). Os novos paradigmas educativos e a dimensão ambiental. A práxis em educação ambiental e a dialogicidade.
Altamira/ Parfor	Tecnologias em Educação Ambiental no Currículo Escolar / Teorias do Desenvolvimento e Meio Ambiente	60 cada	Optativa	Não há
Altamira/ Regular	Educação ambiental será trabalhada de forma transversal	Não há	Não há	Não há
Belém/Parfor	A opção Educação Ambiental é composta das seguintes atividades curriculares: Teorias do Desenvolvimento e Meio Ambiente; Educação e Problemas Regionais; Ecologia e Biodiversidade; Tecnologias em Educação Ambiental no Currículo Escolar;	Não há.	Núcleo eletivo/Atividade integradora	Não há
Belém/ regular	A opção Educação Ambiental é composta das seguintes atividades curriculares: Teorias do Desenvolvimento e Meio Ambiente; Educação e Problemas Regionais; Ecologia e Biodiversidade;	Não há	Núcleo eletivo/Atividade integradora	Não há

	Tecnologias em Educação Ambiental no Currículo Escolar;			
Bragança/ Parfor	Educação Ambiental	60	Obrigatória- Semestre não definido no desenho curricular	Não há
Bragança/ Regular	Educação e Meio Ambiente	60	2º - obrigatório	Abordagem histórica da Educação Ambiental. Concepções de Educação Ambiental. A interação entre o ser humano e o ambiente. Importância da educação ambiental para o desenvolvimento e a responsabilidade social. As experiências da educação formal e não-formal no âmbito ambiental.
Breves/ Parfor	Não há	-	-	-
Breves/ Regular	Não há	-	-	-
Cametá/ Parfor	Educação e meio ambiente	45	7º- obrigatório	Não há
Cametá/ Regular	Educação e meio ambiente	45	2º- obrigatório	A interação entre o Homem e a Natureza. Importância da educação ambiental para o desenvolvimento e a responsabilidade social.
Castanhal/ Parfor	Tecnologias em Educação Ambiental no Currículo Escolar/ Teorias do Desenvolvimento e Meio Ambiente	45	Optativa – 6º e 7º semestre	Não há
Castanhal/ Regular	Tecnologias em educação ambiental no currículo escolar	45	Optativa	Educação ambiental, sua evolução histórica e conceitual. Vertentes da Educação ambiental: ecológico - preservacionista e sócio - ambiental. Alternativas metodológicas para a inserção da Educação ambiental no currículo escolar. Tecnologias educacionais: instrumentos para o fazer pedagógico da educação ambiental

Fonte: PPC's do Curso de Pedagogia/UFGA

Preocupamo-nos também em observar quais *Campi* e PPC's tratam a temática ambiental em uma abordagem mais ampla, que eleve a sua teoria e prática ao diálogo entre os saberes (Quadro 2). É preciso pensar na formação de profissionais alicerçado num rol de conteúdos e temas associados à realidade social de forma transversal e interdisciplinar. De acordo com Sorrentino et al (2005) a flexibilidade de aplicação da educação ambiental

permite a construção do conhecimento em diversas dimensões, sempre mantendo o seu compromisso com a sustentabilidade ambiental em contexto local e global, por meio da participação social e considerando os saberes tradicionais, a ciência e as políticas ambientais.

Nessa perspectiva análise podemos observar, em alguns casos, que a temática ambiental está incorporada nos currículos dos cursos de formação de professores, mas ocupam um papel secundário como as disciplinas optativas apresentadas no Quadro 1.

A presença da educação ambiental como tema transversal foi observada (Quadro 2) em 5 dos 14 PPC's analisados, foram eles: Abaetetuba Parfor, Abaetetuba Regular, Altamira Regular, Belém Parfor e Belém Regular. Nos PPC's de Abaetetuba Parfor e Regular não existe um tema transversal especificado, mas está sugerido nos projetos ficando a cargo dos docentes integrarem a temática em suas práticas pedagógicas.

A educação ambiental terá suas discussões contempladas, como tema transversal, no núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos, especialmente na dimensão que focaliza a Pesquisa e Formação docente e nas disciplinas FTM de Ciências, Geografia, Matemática, Língua Portuguesa e História (PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA/UFPA ABAETETUBA, 2012, p. 31).

O PPC do Curso Pedagogia Regular de Altamira não apresenta a temática ambiental em forma de disciplina, mas contém na forma transversal e interdisciplinar no Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos, o Seminário Interdisciplinar 8: Educação Ambiental e Problemas Regionais que é ofertado no 8º período de curso. “Os Seminários representam momentos de discussão e articulação entre os conceitos estudados e as práticas desenvolvidas nos componentes curriculares de cada período letivo” (PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA/UFPA ALTAMIRA, 2010, p.12) possibilitando o aprofundamento, a reflexão e a integração dos conteúdos. O quarto objetivo do ProNEA discorre sobre a necessidade de se “Fomentar a transversalidade por meio da internalização e difusão da dimensão ambiental nos projetos, governamentais e não-governamentais, de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida” (ProNEA, 2005, p.39).

Nos PPC's Belém Parfor e Belém Regular a transversalidade apresenta-se no Eixo temático 8: Espaço, paisagem e território na Amazônia: lendo o mundo a partir do lugar.

A temática que articula este eixo é a produção social do espaço. Aprender a pensar e a ler as marcas inscritas no lugar de vivência de homens e mulheres para compreender as características da paisagem [...] as formas de vida e as identidades culturais, os processos de exclusão e seletividade dos espaços, o lugar da diferença,

da degradação e da segregação articula sob a ótica de diferentes campos disciplinares [...] (PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA/UFPA BELÉM, 2010, p. 78).

Consideramos a transversalidade presente nos currículos como ponto de partida para a assimilação do conhecimento complexo, necessário a qualquer abordagem da educação ambiental, podendo ainda ir além. “a produção e a incorporação do saber ambiental nas universidades se dá num processo de abertura dos paradigmas teóricos, das barreiras institucionais e dos interesses disciplinares, onde se demarcam as práticas acadêmicas dos centros de educação superior (LEFF, 2015, p. 217)”. E ainda, abarca as dimensões sociais, políticas, econômicas, e culturais para a construção de um saber totalizado, humanizado, diverso e interdisciplinar.

Quadro2 -A educação Ambiental como tema transversal

CampiUFPA	Temas transversais
AbaetetubaParfor	Educação Ambiental (tema não especificado)
Abaetetuba Regular	Educação Ambiental (tema não especificado)
Altamira Parfor	Não há
Altamira Regular	Seminário interdisciplinar8: Educação Ambiental e Problemas Regionais.
Bragança Parfor	Não há
Bragança Regular	Não há
Breves Parfor	Não há
Breves Regular	Não há
Belém Parfor	Não há
Belém Regular	Eixo Temático: Espaço, paisagem e território na Amazônia: lendo o mundo a partir do lugar
Cametá Parfor	Não há
Cametá Regular	Não há
Castanhal Parfor	Não há
Castanhal Regular	Não há

Fonte: PPC's do Curso de Pedagogia/UFPA

Constatamos (Quadro 3) que a presença da educação ambiental como projeto de extensão está explicitado em apenas1 dos 14 PPC's analisados. No PPC de Breves Regular não consta a temática ambiental como disciplina específica ou como tema transversal, contudo é o único que evidencia um projeto de extensão referenciando a educação ambiental. Trata-se do projeto “De mãos dadas com o Rio Parauaú: da reflexão crítica a preservação da natureza” que foi implementado no ano de 2010 e teve

[...] como objetivo geral desenvolver atividades de sensibilização para a preservação do rio Parauaú, através de momentos práticos e reflexivos de preservação do meio ambiente; sendo este rio o que banha a cidade de Breves. Como objetivos específicos: possibilitar através da educação formal e não formal a reflexão crítica, usando como eixo o processo ensino-aprendizagem; despertar na comunidade a importância da preservação do Rio Parauaú; envolver ativamente os acadêmicos no exercício da cidadania a partir das questões ambientais(PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA/UFPA BREVES, 2011, p. 36).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental as instituições de ensino e suas gestões precisam promover “projetos e atividades, inclusive artísticas e lúdicas, que valorizem o sentido de pertencimento dos seres humanos à natureza, a diversidade dos seres vivos, as diferentes culturas locais, a tradição oral, entre outras” (BRASIL, 2012). É importante que a incorporação da educação ambiental no ensino superior proporcione reflexões em suas ações e esteja carregada de intencionalidades para a transformação e emancipação tanto a nível unitário quanto dos grupos sociais.

As instituições universitárias, por exercerem um papel social de protagonismo na formação ambiental precisam reorientar os conhecimentos sistematizados, bem como, as habilidades e valores, os quais precisam ser estimulados seguindo uma vertente interdisciplinar e para a sustentabilidade (MORALES, 2012). Para Leff (2015, p. 203) “a reorientação da pesquisa, a elaboração dos conteúdos curriculares e dos métodos pedagógicos na perspectiva do desenvolvimento sustentável, implica a construção de um saber ambiental e sua internalização nos paradigmas científicos e nas práticas docentes [...]”. Considerando os achados dessa pesquisa foi possível perceber que a reorientação dos conhecimentos sistematizados no campo universitário precisa ultrapassar a inserção de disciplinas ou temas ou projetos de extensão no currículo de forma isolada, mas implementar um planejamento integrado que englobem todas as vertentes da dimensão ambiental e assim, suscitar o diálogo entre tais conhecimentos e a formação de novos.

A demanda por ações de educação ambiental articulada, permanente e contínua e, que atenda a realidade local e contribua para a diminuição dos problemas globais que é cada vez maior. A universidade em sua tríade, ensino, pesquisa e extensão, precisa disseminar a racionalidade ambiental e formar profissionais capacitados para o desenvolvimento de alternativas sustentáveis no combate a degradação da natureza.

Neste sentido, o desenvolvimento de projetos como o explicitado no Campus de Breves é um excelente ponto de partida para a extensão universitária, e abre caminho para a ação, reflexão e diálogo entre universidade e comunidade, contudo, precisa estar ancorado em uma política interna mais consistente que viabilize a presença da educação ambiental em aporte teórico (nos currículos) e prático (em ações concretas) de forma transversal e interdisciplinar.

Quadro 3 -A Educação Ambiental como projeto de extensão

Campi UFPA	Projeto de Extensão
Abaetetuba Parfor	Não há
Abaetetuba Regular	Não há
Altamira Parfor	Não há
Altamira Regular	Não há
Bragança Parfor	Não há
Bragança Regular	Não há
Breves Parfor	Não há
Breves Regular	De mãos dadas com o Rio Parauaú: da reflexão crítica a preservação da natureza
Belém Parfor	Não há
Belém Regular	Não há
Cametá Parfor	Não há
Cametá Regular	Não há
Castanhal Parfor	Não há
Castanhal Regular	

Fonte: PPC's do Curso de Pedagogia/UFPA

Tendo em vista a necessidade de incorporação da dimensão ambiental atrelada às demais dimensões nos currículos acadêmicos as DCNEA propõem que os currículos e gestões precisam contribuir com “a promoção do cuidado e responsabilidade com as diversas formas de vida, do respeito às pessoas, culturas e comunidades” (BRASIL, 2012). Neste sentido, não basta apenas oferecer novos conhecimentos aos graduandos, mas criar condições para que tais conhecimentos saiam das universidades e efetivem em práticas sociais.

Os resultados apontam a presença da educação ambiental como disciplina específica, tema transversal ou projetos de extensão em 13 dos 14 PPC's dos Cursos de Pedagogia da Universidade Federal do Pará-UFPA que foram analisados, distinguindo-se entre eles a forma como apresentam a temática ambiental. Em resumo, 11 PPC's apresentam a temática ambiental como disciplina específica, sendo que em 6 deles a oferta é na forma obrigatória e 5 na forma optativa. Em 3 PPC's não encontramos a temática ambiental como disciplina, no entanto, 1 deles a implementa de maneira transversal e 1 como projeto de extensão. Apenas no PPC de Breves Parfor não foram identificadas referências a temática ambiental no currículode acordo com as categorias analisadas. Nesse PPC a abordagem se faz presente na ementa de disciplina de Biologia da Educação, o seguinte conteúdo: “Saber compreender o meio ambiente, intensificando a consciência de qualidade de vida e bem estar sócio-econômico através da educação” (PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA-Parfor/UFPA

BREVES, 2011, p. 66), o que expressa uma presença bem resumida da temática nesse projeto.

De acordo com esta pesquisa, consideramos um papel relevante da Universidade Federal do Pará - UFPA na formação de profissionais comprometido com a questão ambiental em seus diferentes *Campi*. Entretanto, aponta-se a necessidade de ampliação das abordagens da temática ambiental no currículo do curso de Pedagogia tanto no curso Regular quanto no curso Parfor. É essencial que a educação ambiental esteja presente em todos os desenhos curriculares de formação docente de forma interdisciplinar e permanente buscando oferecer aos discentes a oportunidade de trabalhar com pesquisa e extensão em educação ambiental já que estes são eixos fundamentais dentro das universidades e assim, contribuir para a formação de profissionais mais conscientes de seu papel na sociedade.

Considerações finais

O processo formativo não pode manter-se alheio aos problemas socioambientais. Não cabe mais à universidade atender apenas as exigências de mercado na formação profissional e em especial na formação docente. A crise ambiental traz consigo a crise do conhecimento e a emergência de adequações no sistema educativo, o que representa a necessidade de um redimensionamento de suas políticas internas e de suas práticas pedagógicas.

Não se trata apenas de inserir conteúdo ou disciplinas nos currículos, mas de redimensionar pensamentos e atitudes. O saber ambiental não se forja em práticas isoladas, em currículos fragmentados ou em atendimento as questões legais, mas na construção coletiva do conhecimento, na percepção da complexidade e na compreensão de responsabilidade de cada indivíduo com o enfrentamento das questões socioambientais.

Percebemos com essa pesquisa que o lugar ocupado pela educação ambiental na formação de professores da Universidade Federal do Pará ainda é muito insipiente, apesar de considerarmos louváveis todas as iniciativas encontradas, pois demonstram que existe a preocupação em munir os graduandos de conhecimentos na área ambiental que irão subsidiar suas práticas pedagógicas na educação básica, mas também mostrou o quanto ainda é preciso avançar em direção a implementação da educação ambiental de forma

articulada e permanente nos currículos do curso e em práticas que efetivem dentro e fora dos *Campi* universitários.

Considera-se que é preciso ir além da constatação da presença ou ausência da temática nos PPC's dos cursos, é preciso gerar questionamentos quanto a sua essencialidade, quebrar velhos paradigmas e apontar novas perspectivas para a criação de condições de ambientalização da dimensão ambiental no ensino universitário. Nesse contexto, é de suma importância que se abra espaço para a promoção de diálogos que compreendam os desafios e as possibilidades da implementação da educação ambiental nas políticas e práticas articulando-a no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão universitária.

Diante de tal exigência, sugere-se: a incorporação e o fortalecimento da temática ambiental numa abordagem interdisciplinar e ainda quando necessário, a criação de disciplinas específicas em todos os desenhos curriculares do curso de pedagogia da Universidade Federal do Pará. Além da inserção de temas transversais de educação ambiental e o estímulo ao desenvolvimento de projetos de extensão que possibilitem a efetivação de práticas ambientais na sociedade.

Referências

ARAUJO, M. L.; VALE, C.; ALVES, A. S. .O perfil dos discentes do curso de pedagogia/parfor em São Félix do Xingu. Revista Cocar (online), v. 14, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3423>. Acesso em 01 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, de 15 de junho de 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em 08 jan. 2021.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 28 de abril de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm. Acesso em 08 jan. 2021.

CASTRO, R.S. A construção de conceitos científicos em educação ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P. & CASTRO, R.S. (Org.). Repensar a educação ambiental: um olhar crítico. São Paulo: Cortez. 2009. p. 173-202.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Agenda 21. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001. 598 p.

O panorama da educação ambiental na formação de professores na Universidade Federal do Pará

CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Declaração de Tbilisi, 1977. Disponível em: http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/EA_DocOficiais.pdf>. Acesso em 08 jan. 2021.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. INSTITUT INTERNATIONAL DES DROITS DE L'ENFANT (IDE) Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problèmes sans solution? Sion (Suisse), 18 au 22 octobre 2005. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/305950/mod_resource/content/1/Educacao_FormaI_Nao_FormaI_2005.pdf. Acesso em: 03 mar. 2021.

LAYRARGUES. P. P. Educação para a Gestão Ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES. P.; CASTRO, R. S. de (orgs.). Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, H. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. Ambiente e Educação, Rio Grande, 8: 37-54, 2003

MORALES, A. G. (2012). A formação do profissional educador ambiental: reflexões, possibilidades e constatações. 2 ed. Ponta Grossa: ed. UEPG, 2012. 223p.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - ProNEA/ Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. Ed. - Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 102p.

SORRENTINO, Marcos; et al. Educação ambiental como política pública. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>. Acesso em 08 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Parfor. Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Parfor. Campus Universitário de Altamira. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Campus Universitário de Altamira. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Parfor. Campus Universitário de Belém, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Parfor. Campus Universitário de Bragança, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Campus Universitário de Bragança, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Campus Universitário de Belém, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Parfor. Campus Universitário do Marajó. Campus Universitário de Breves. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Campus Universitário do Marajó. Campus Universitário de Breves. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Parfor. Campus Universitário de Cametá/Baixo Tocantins, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Campus Universitário de Cametá/Baixo Tocantins, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Parfor. Campus Universitário de Castanhal, S/A.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Campus Universitário de Castanhal, 2010.

Notas

ⁱ “A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades [...] A educação não-formal é também uma atividade educacional organizada e sistemática, mas levada a efeito fora do sistema formal” (GADOTTI, 2005, p. 2).

ⁱⁱ “O PARFOR busca a formação em nível superior para os professores das redes públicas de ensino dos municípios, estados e do Distrito Federal que não a possuem ou que lecionam em área distinta de sua formação. Esta política é disponibilizada pela Plataforma Freire com os cursos de primeira e segunda licenciatura” (ARAÚJO, VALE e ALVES, 2020, p. 5).

Sobre os autores

Marcilene Calandrine de Avelar

Mestre em Ensino de Ciências Ambientais (PROFCIAMB/UFPA). Professora da Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua-PA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental na Amazônia – GEAMAZ/UFPA e no Grupo de Estudos em Educação, Cultura e Meio ambiente – GEAM/UFPA.

E-mail: marcileneavelar16@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9775-449>

Maria Ludetana Araújo

Doutora em Filosofia e Ciências da Educação pela UNED (MADRID). Professora da Universidade Federal do Pará onde coordena o Curso de Pedagogia/Parfor. Atua no Programa de Pós-graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB). Líder do Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental na Amazônia (GEAMAZ).

E-mail: ludetana@ufpa.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3440-8963>

Maria do Socorro Vasconcelos Pereira

Doutora em Educação (PPGED/UFPA), na Linha de Políticas Públicas Educacionais. Mestra em Educação (PPGED / UFPA). Atua como membro do Forecat II, do Observatório do FIPED/AINPGP, do GEPESEED/UFPA e do Gepged/ufpa.

E-mail: ms-per@bol.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4044-7600>

Recebido em: 11/02/2021

Aceito para publicação em: 12/03/2021